12 • Correio Braziliense • Brasília, quarta-feira, 15 de outubro de 2025

Cérebro sob ameaça

Organização Mundial da Saúde alerta para falta de políticas públicas de enfrentamento às doenças neurológicas. Mais de 3 bilhões de pessoas vivem com algum distúrbio do tipo, como sequelas de AVC, enxaqueca e transtorno do espectro autista

» PALOMA OLIVETO

s doenças neurológicas matam mais de 11 milhões de pessoas por ano, mas menos da metade dos países têm políticas públicas específicas para enfrentá-las. Um relatório divulgado, ontem, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) pede mais atenção na prevenção e nos cuidados de transtornos que, segundo o Global Status Report on Neurology, já superam o câncer e os males cardiovasculares em número total de afetados.

"Sem ação urgente, milhões de pessoas continuarão a morrer prematuramente e a viver com sofrimento evitável", disse, no lançamento do documento, em Genebra, na Suíça, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus. O relatório, publicado na revista The Lancet Neurology, destaca que mais de 3 bilhões de pessoas vivem com algum tipo de distúrbio que afeta o cérebro, a medula espinhal ou os nervos. Esse número tende a aumentar significativamente com o envelhecimento populacional e a maior exposição a fatores de risco, como hipertensão, diabetes e poluição atmosférica.

Segundo a OMS, quatro em cada 10 habitantes do planeta sofrem de condições neurológicas. As mais incapacitantes e letais são acidente vascular cerebral (AVC), encefalopatia neonatal, enxaqueca, Alzheimer e outras demências, neuropatia diabética, meningite, epilepsia idiopática, transtornos do espectro autista e tumores do sistema nervoso central. Somente 32% dos Estados-membros da OMS (63 de 194) têm políticas específicas para essas doenças que, segundo Ghebreyesus, recebem "pouca atenção política e recursos insuficientes". No Brasil, existem programas para algumas condições, mas não há uma política nacional de enfrentamento.

Profissionais

O estudo também mostra um abismo entre países ricos e pobres. Nas nações de baixa renda, o número de neurologistas por 100 mil habitantes chega a ser 82 vezes menor, comparado às mais ricas. No Brasil, O Atlas de Neurologia da OMS, publicado em 2022, indicava que há 3,48 médicos com essa especialidade para cada 100 mil, média considerada baixa, e 80% dos profissionais estão nas regiões Sul e Sudeste. No país, há mais de 1,2 milhão de pessoas com Alzheimer e 2 milhões com epilepsia; o AVC é a principal causa de morte, com mais de 100 mil óbitos por ano.

Segundo a Rede Brasil AVC, o Brasil se destaca no cenário mundial com a política federal que levou à criação de uma rede de hospitais especializados no atendimento e à inclusão de



Médica analisa exame de imagem cerebral: quatro em cada 10 pessoas sofrem de problemas neurológicos em todo o mundo

Recomendações do documento

- » Incluir o cuidado neurológico na cobertura universal de saúde;
- » Investir na prevenção e promoção da saúde cerebral, combatendo fatores de risco como obesidade, sedentarismo, diabetes e hipertensão;
- » Fortalecer a formação e a distribuição de profissionais de saúde, principalmente em áreas rurais;
- » Melhorar a coleta e análise de dados epidemiológicos;
- » Ampliar a pesquisa e a inovação tecnológica em países de baixa e média renda;
- » Dar voz a pacientes e cuidadores na formulação de políticas públicas.

Fonte: Global status report on neurology, OMS

Palavra de especialista

Cooperação coordenada

brasileira faz uso do Sistema Único de Saúde (SUS), mas não existe um programa nacional de enfrentamento de doenças neurológicas. Torna-se importante uma cooperação entre governo, gestores públicos de saúde e sociedade médica, representada pela Academia Brasileira de Neurologia, para planejar e executar uma política pública de enfrentamento das doenças neurológicas eficiente e capaz de salvar vidas e evitar incapacidades. Outro ponto

a exames complementares que auxiliam no diagnóstico e aceleram o tratamento das doenças neurológicas. No SUS, existe uma demora grande para realizar exames de imagem, como ressonância magnética, tomografia computadorizada, exames de neurofisiologia, como eletroneuromiografia, eletroencefalografia e polissonografia. Sem contar com exames de biologia molecular, como pesquisa de anticorpos para doenças autoimunes ou

A maior parte da população a ser destacado é a falta de acesso estudo genéticos para doenças genéticas. Tempo é cérebro, e uma demora para realizar os exames pode significar incapacidades físicas e cognitiva irreversíveis. Poderíamos usar a competência das universidades federais e estaduais para agilizar a realização dos exames e da consulta com os especialistas após uma triagem.

> Felipe von Glehn, neurologista do Hospital Brasília Águas Claras, da Rede Américas



protocolos específicos para reduzir óbitos e sequelas, como o uso de um medicamento que desfaz o coágulo sanguíneo ou o trombo no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2012.

Desde 2023, é oferecida em 13 hospitais públicos a trombectomia mecânica, uma técnica que aumenta em três vezes a chance de o paciente permanecer independente após um AVC, por redução de sequelas. Porém, ainda há barreiras a superar no país, diz a neurologista e pesquisadora Sheila Martins,

presidente da Rede Brasil AVC. "O Brasil deu passos importantes, mas ainda há desafios significativos. As desigualdades regionais estão entre os principais deles. Cerca de 77% dos centros de AVC públicos e privados estão no Sul e no Sudeste. No Norte são muito poucos, com alguns estados sem nenhum", diz.

Cobertura

O relatório da OMS, lançado ontem, destaca que somente um quarto

dos Estados-membros inclui o tratamento de doenças neurológicas nos pacotes de cobertura universal de saúde — o Brasil é um deles. "O resultado é um ciclo de exclusão. Pessoas com epilepsia, demência ou sequelas de AVC são deixadas de fora da vida produtiva e social, muitas vezes sem qualquer apoio público", alertou a neurologista Dévora Kestel, diretora do Departamento de Saúde Mental e Uso de Substâncias da OMS.

Outro ponto destacado pela OMS é o peso invisível das doenças neurológicas sobre familiares. Menos de 50 países oferecem algum tipo de serviço formal de cuidado ou proteção legal a quem assume essa responsabilidade. Na prática, segundo o relatório, o trabalho recai quase sempre sobre mulheres — mães, esposas e filhas — que precisam conciliar a assistência com outras tarefas e, frequentemente, abandonam o emprego para cuidar de um parente doente. "Sem suporte social e financeiro, as famílias ficam à beira

do colapso", aponta o documento. "Os cuidadores são uma parte essencial do sistema de saúde, mas continuam invisíveis."

Redução

Segundo o relatório da OMS sobre doenças neurológicas, a debilidade devido a condições associadas ao cérebro, à medula e aos nervos diminuiu 25% ou mais desde 1990. De acordo com o documento, a redução é resultado da melhoria da prevenção (incluindo vacinas), cuidados e pesquisa.

O estudo também examinou 20 fatores de risco modificáveis para condições neurológicas potencialmente evitáveis, como acidente vascular cerebral (AVC), demência e deficiência intelectual idiopática. A eliminação dos principais deles, especialmente hipertensão e poluição do ar ambiente e doméstico, poderia prevenir até 84% dos anos de vida perdidos por acidente vascular cerebral.

Reduzir a exposição ao chumbo diminuiria a carga de deficiência intelectual idiopática em 63,1%, e normalizar os níveis de glicemia em jejum poderia significar 14,6% o impacto da demência na população. O tabagismo, destaca a OMS, precisa ser combatido, pois contribui significativamente para o risco de AVC, demência e esclerose múltipla.

CÂNCER

Solidão aumenta risco de morte associada

A solidão e o isolamento social estão associados a um risco elevado de morte por câncer, bem como por todas as causas, entre aqueles com a doença. É o que revela uma pesquisa publicada on-line na revista médica BMJ Oncology. Globalmente, projeta-se que novos casos de tumores oncológicos cheguem a 35 milhões, com 18,5 milhões de óbitos associados até 2050.

A solidão é relativamente comum entre pessoas com câncer e, embora tenha relação com várias condições de saúde, incluindo problemas cognitivos, distúrbios do sono, disfunção do sistema imunológico e dor, não estava claro se também pode estar associada a um risco elevado de morte, disseram os pesquisadores, liderados pela Universidade de British Columbia, no Canadá. O estudo foi realizado também em Inglaterra, Finlândia, França, Irlanda, Japão e Estados Unidos, e incluiu diversos tipos de doenças oncológicas.

Os pesquisadores usaram bancos de dados em busca de estudos relevantes publicados até setembro de 2024. No fim, encontraram informações de 1.570.918 pacientes em 12 artigos. O impacto potencial da solidão na morte por qualquer causa, calculado com um índice desenvolvido na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, mostrou que a sensação estava associada a um risco 34% maior de óbito.

Desfection

"Essas descobertas sugerem coletivamente que a solidão e o isolamento social podem influenciar os desfechos do câncer além dos fatores biológicos



Causas biológicas e psicossociais estão por trás da relação

e relacionados ao tratamento tradicionais", sugerem os pesquisadores. Eles destacaram limitações, como o fato de os estudos incluídos serem todos de natureza observacional, o que, segundo os autores, justificam uma interpretação cautelosa dos resultados.

"Apesar dessas limitações, nossos resultados são consistentes com pesquisas anteriores que relacionam estressores psicossociais a desfechos adversos para a saúde", diz o artigo. "Acredita-se que o isolamento social e a solidão aumentem o risco de mortalidade em pacientes com câncer por meio de mecanismos biológicos, psicológicos e comportamentais interconectados."

Biologicamente, a resposta ao estresse desencadeada pela solidão pode levar à desregulação imunológica e ao aumento da atividade inflamatória, contribuindo para a

progressão da doença, explicaram. "Psicossocialmente, o fardo singular da sobrevivência ao câncer frequentemente inclui formas de isolamento decorrentes diretamente das experiências com a doença e o tratamento, incluindo a incapacidade dos entes queridos de compreender completamente os medos associados, o estigma em torno dos efeitos visíveis do tratamento e as ansiedades relacio-

nadas à sobrevivência. Por fim, alterações físicas induzidas pelo tratamento (fadiga, comprometimentos cognitivos) podem limitar ainda mais a participação social, disseram. Os pesquisadores concluem que, se as descobertas forem confirmadas em estudos maiores, indicarão a necessidade de incorporar rotineiramente avaliações psicossociais e intervenções direcionadas ao tratamento do câncer.